Geographia Meridionalis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas

http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/index

ISSN 2446-9165
Recebido em: 23/12/2025
Revisões requeridas em: 14/05/2026
Aceito em:30/05/2026
Publicado em: 13/06/2026

A VIRADA ESPACIAL DO PATRIMÔNIO

THE SPATIAL TURN OF HERITAGE

EL GIRO ESPACIAL DEL PATRIMONIO

Felipe Leindecker Monteblanco
Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Geografia, Pelotas, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4691-3799

RESUMO

O debate sobre patrimônio tem se ampliado e se transformado nas últimas décadas no embalo das grandes reconfigurações técnicas, culturais e territoriais do mundo contemporâneo. O texto examina o percurso histórico-geográfico e epistemológico da noção ocidental moderna de patrimônio. A metodologia adotada é a de um ensaio teórico, fruto de pesquisa bibliográfica pertencente a um projeto mais amplo em andamento. A argumentação aponta que a categoria patrimônio, em sua acepção ocidental, nasceu da reação romântica à ruptura temporal do mundo moderno, mas que, no atual contexto de globalização técnico-científico-informacional já em fase avançada, suas motivações se ampliam para uma nova arena: a da diferença espacial. Seria uma transição de uma motivação centrada na memória do tempo a outra que inclui a afirmação do lugar, em uma passagem da cultura do testemunho à cultura da diferença. A análise visualiza, assim, uma "virada espacial do patrimônio", não como oposição ao tempo histórico, mas como ampliação de sua compreensão para uma dimensão histórico-geográfica, em que o patrimônio se apresenta como marcador da diversidade territorial.

Palavras-chave: Testemunhos; Memória; Diversidade; Diferença; Paisagem.

ABSTRACT

The debate on heritage has expanded and transformed in recent decades, driven by the major technical, cultural, and territorial reconfigurations of the contemporary world. This paper examines the historical-geographic and epistemological trajectory of the modern Western notion of heritage. The methodology adopted is that of a theoretical essay, the result of bibliographical research belonging to a broader ongoing project. The argument points out that the category of heritage, in its Western sense, was born from the romantic reaction to the temporal rupture of the modern world; however, in the current context of technical-scientific-informational globalization, already in an advanced phase, its motivations expand into a new

arena: that of spatial difference. Thais would represent a transition from a motivation centered on the memory of time to another that includes the affirmation of place, in a shift from a culture of testimony to a culture of difference. The analysis thus envisions a "spatial turn of heritage," not as an opposition to historical time, but as an expansion of its understanding into a historical-geographical dimension, in which heritage presents itself as a marker of territorial diversity.

Keywords: Testimonies; Memory; Diversity; Difference; Landscape.

RESUMEN

El debate sobre el patrimonio se ha ampliado y transformado en las últimas décadas al calor de las grandes reconfiguraciones técnicas, culturales y territoriales del mundo contemporáneo. El texto examina el recorrido histórico-geográfico y epistemológico de la noción occidental moderna de patrimonio. La metodología adoptada es la de un ensayo teórico, fruto de una investigación bibliográfica perteneciente a un proyecto más amplio en curso. La argumentación señala que la categoría patrimonio, en su acepción occidental, nació de la reacción romántica a la ruptura temporal del mundo moderno, pero que, en el actual contexto de globalización técnico-científico-informacional ya en fase avanzada, sus motivaciones se amplían hacia una nueva arena: la de la diferencia espacial. Sería una transición de una motivación centrada en la memoria del tiempo a otra que incluye la afirmación del lugar, en un paso de la cultura del testimonio a la cultura de la diferencia. El análisis vislumbra, así, un "giro espacial del patrimonio", no como oposición al tiempo histórico, sino como una ampliación de su comprensión hacia una dimensión histórico-geográfica, en la que el patrimonio se presenta como marcador de la diversidad territorial.

Palabras clave: Testimonios; Memoria; Diversidad; Diferencia; Paisaje

1 - Introdução

A noção ocidental moderna de patrimônio passou por profundas transformações teóricas, metodológicas e políticas desde sua origem na Europa dos séculos XVIII e XIX. Nas últimas décadas, o debate tem se ampliado e se transformado na esteira de profundas reconfigurações técnicas, culturais e territoriais do mundo contemporâneo.

Tendo sua justificativa situada nesse contexto, este artigo parte da hipótese de que tais transformações ensejam uma transição nas próprias motivações sociais que mobilizam a ideia de patrimônio, no que aqui se denomina “virada espacial do patrimônio”.

O objetivo é exatamente examinar o percurso histórico-geográfico e epistemológico da concepção ocidental moderna sobre a categoria, identificando os marcos de sua formação na Europa iluminista-romântica e industrial, bem como os fatores que, no atual contexto técnico-

científico-informacional, conduzem a uma reorientação de suas motivações e significados. Revisitamos a análise dos sucessivos meios técnicos de Santos (2006) para visualizar o fundamento socioespacial dessa mudança.

Trata-se de um artigo teórico, fruto de pesquisa bibliográfica, que expressa, em caráter preliminar, os esforços de investigação em curso no âmbito de um projeto mais amplo que reúne estudos de corte teórico-metodológico sobre patrimônio(s) e estudos empírico-práticos no contexto da diversidade territorial do Rio Grande do Sul.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em duas vias: 1) a da literatura clássica e contemporânea sobre patrimônio, e 2) a da trajetória dos meios técnicos, formas de fazer e relação sociedade-natureza em diferentes períodos. Na sequência, a análise avançou para a relação entre essas duas vias (patrimônio–meio técnico), cruzando tipo de meio técnico, forma de organização territorial da sociedade e motivações sociais do patrimônio, identificando padrões histórico-geográficos de transformação, para, por fim, chegar à presente síntese interpretativa.

Organizamos o texto do seguinte modo: Na primeira parte, retomamos o contexto histórico-geográfico das origens do patrimônio moderno, destacando como a ruptura do tempo industrial e o embate entre iluminismo e romantismo deram forma a uma cultura do testemunho e da conservação, centrada na memória e no "resgate" do passado.

Em seguida, analisamos as profundas transformações desencadeadas pelo meio técnico-científico-informacional e seus efeitos massificadores sobre paisagens e modos de vida, argumentando que a estandardização planetária da técnica tem como sintoma reativo o deslocamento do eixo das motivações patrimoniais para o campo da diversidade espacial.

Depois, desenvolvemos o argumento central da "virada espacial do patrimônio", discutindo formas de (re)afirmação da diferenciação espacial que emergem no contexto global de crises.

Por fim, discutimos implicações epistemológicas e ontológicas desse giro. Refletimos, também, sobre desdobramentos teórico-metodológicos, levantando como potencialidade a integração de múltiplas categorias patrimoniais à luz da ontologia do espaço geográfico.

Nas considerações finais, realizamos uma síntese dos argumentos apresentados.

2 – O meio técnico e as origens do patrimônio como testemunho no tempo

Embora sejam normalmente citadas raízes antigas, desde, por exemplo, o Império Romano, passando pelo período Renascentista, é comum que diversos autores localizem a origem da noção ocidental moderna de patrimônio no contexto da Revolução Francesa, no final do século XVIII (ORTEGA-VALCÁRCEL,1998; WARNIER, 2001; CHOAY, 2006).

Naquele então, uma nova França burguesa era erguida sob o ímpeto de eliminação das marcas da França medieval, representada pelo Antigo Regime, tido como um passado a ser desprezado. Entre estátuas de reis decapitadas, sepulturas reais profanadas e pertences de príncipes descartados indistintamente, se produziu ao longo dos anos uma devastação multiplicada dessas heranças (WARNIER, 2001).

Porém, não tardou para que, diante de tamanha supressão, surgisse a percepção de que a destruição ou desfiguração desses testemunhos do passado acabava sendo uma perda de suas próprias raízes. É assim, a guisa de reação, que é desenvolvida a noção de monumento histórico como patrimônio a ser preservado sob interesse da gestão pública (WARNIER, 2001).

Seria dizer: a noção moderna e ocidental de patrimônio nasce do enfrentamento entre práticas ditas "progressistas" e individualistas, de um lado, e a relação de ancestralidade e herança comum, de outro (WARNIER, 2001). Essa é a raiz da "cultura da conservação" que está no fundamento do conceito de patrimônio (ORTEGA-VALCÁRCEL, 1998). No plano das ideias, esse embate é representativo das disputas entre iluminismo, que havia influenciado a própria Revolução Francesa, e seu imediato produto, o romantismo (ORTEGA-VALCÁRCEL, 1998). O primeiro, pautado no objetivismo, no racionalismo e no progresso. O segundo, reativo ao primeiro, em nome da identidade profunda dos povos, de seus idiomas regionais, da herança dos séculos, da arte e das letras e da sensibilidade (WARNIER, 2001).

Um fato fundamental nesse jogo foi o desenvolvimento do capitalismo industrial naquele contexto. Choay (2006) caracteriza o fenômeno da industrialização como a "fronteira do irremediável", ou seja, o ponto a partir de onde não se tem mais volta. Para a autora, a entrada na era industrial e a brutalidade em que ela veio dividir a história das sociedades e do seu ambiente, foi uma das causas da reação romântica ao iluminismo. A tomada de consciência dessa mudança de tempo histórico, de uma ruptura traumática do tempo, foi uma força que mobilizou intelectuais, artistas e escritores românticos (CHOAY, 2006). A noção moderna de

patrimônio descende dessa odisseia europeia, que gerou políticas de patrimônio levadas pelos organismos públicos em todo o continente (WARNIER, 2001).

No entanto, cabe frisar, ao menos até meados do século XX, o avanço dessa modernidade capitalista industrial foi limitado e circunscrito e, precisamente nesse ponto, se inicia a construção do argumento contido no presente texto. Mesmo na Europa, a abrangência da escala territorial desse sistema técnico era pequena, praticamente limitada ao âmbito dos lócus imediatos do evento industrial em curso, junto aos aglomerados urbano-industriais que iam se formando, permanecendo o restante dos territórios nacionais organizados sob as velhas paisagens rurais (MOREIRA, 2011).

Das origens nas indústrias de Manchester, na Inglaterra, nos anos 1780, a Revolução Industrial chegou à Europa continental somente por volta de 1830, a partir de pontos da Bélgica e França (MOREIRA, 2011). Chegou a pontos específicos dos EUA apenas em meados dos anos 1870, onde começou a ser gestada a chamada Segunda Revolução Industrial, em uma transição das indústrias têxteis e alimentícias para a metalúrgica, eletromecânica e petroquímica. Dos EUA, essa marcha retornou à Europa e começou a se espalhar pelo continente tardiamente, já na virada para o século XX, quando recém atingia zonas da Alemanha e Itália, por exemplo (MOREIRA, 2011).

Os demais confins que compunham o grande mosaico mundial de arranjos singulares de história natural e história humana, que Figueiró (2012, p. 67) chamou de "estrutura da diversidade geo-bio-sociocultural das paisagens terrestres", ainda continuavam encontrando sua própria razão de ser, como diria Santos (2006). Isso porque aquele ainda era o chamado meio técnico, alcunhado por esse autor, em que se dava a emergência do espaço mecanizado, mas ainda com presença quantitativamente e qualitativamente variável, em um fenômeno limitado. Ainda eram poucos os países e regiões em que essa transformação técnica podia se instalar e, mesmo nestes, a ruptura gerada era geograficamente circunscrita, estando tanto seus efeitos quanto a própria capacidade de visualização desses mesmos efeitos longe de se fazerem generalizados (SANTOS, 2006).

É compreensível, por isso, o viés temporal com que se construiu as motivações sociais da ideia de patrimônio. Enquanto as rupturas se davam pontualmente, em profundidade em cada lugar atingido, mas ainda não generalizadamente, em profundidade e extensão, a referência reativa era o passado próprio, o olhar para si mesmo no tempo das comunidades atingidas. Preservar a

cultura e a identidade dos povos, era fundamentalmente preservar a sua memória no tempo, frente às grandes rupturas.

Daí o forte vínculo do patrimônio com a ideia de testemunho, como que expressando uma vontade de reconstrução do passado, ainda que de forma seletiva e simbólica, feita desde o presente, tal como analisou Lowenthal (1985). De modo que, o que esteve em pauta nas origens da "cultura do patrimônio" foi a reivindicação de um passado e, portanto, uma reivindicação temporal. Passado este, em vias de destruição e desaparecimento frente ao desenvolvimento da sociedade capitalista industrial.

Isso se aplica tanto aos albores da ideia de patrimônio natural quanto cultural, como demonstra Ortega-Valcárcel (1998). Segundo o autor, compreensivelmente esses dois grandes componentes do movimento conservacionista, embora tenham origem em circunstâncias geográficas distintas, foram respostas a esse mesmo estímulo: Na Europa, onde as transformações afetavam um espaço já bastante humanizado, a atenção voltou-se preferencialmente ao patrimônio histórico. Já nos EUA, onde o avanço moderno-colonial atingia principalmente espaços de domínios naturais, o interesse específico foi pelo patrimônio natural.

Mas em ambos os casos, o percurso da noção de patrimônio mostra que indubitavelmente ela se nutriu dos cortes ou rupturas temporais e da problematização da ordem do tempo (HARTOG, 2006).

3 - O meio técnico-científico-informacional e a massificação da diversidade geo-bio-sociocultural das paisagens terrestres

Desde o pós-Segunda Guerra Mundial havia se iniciado um processo sem precedentes de globalização das trocas, industrialização e urbanização de escala mundial. Processo este, que operaria as grandes mudanças que foram paulatinamente dissolvendo, um a um, os domínios da relativa fixidez das antigas regiões, suas paisagens e tradições locais que, até então, ainda se reproduziam em relativa estabilidade (MOREIRA, 2011).

Sobretudo a partir das décadas finais do século XX, o mundo começa a ver os subespaços crescentemente invadidos de uma relação socioespacial cada vez mais utilitária, frequentemente conduzindo-os à monofuncionalidade, como explica Claval (2007). As paisagens culturais

legadas pela história passam por processos de progressiva estandardização ou banalização, na medida em que as modernizações iam ocorrendo mediante difusão de um mesmo padrão técnico em diferentes lugares, atenuando suas diferenças morfológicas (SANTOS, 2006).

Era o advento do meio técnico-científico-informacional, também alcunhado por Santos (2006), em que ciência, tecnologia e mercado global, conjuntamente, tornam-se os pilares da intervenção do homem no meio, desencadeando o que autor chama de processos de cientificização ou tecnificação da paisagem. Essa unicidade global das técnicas, característica do período, vai induzindo, crescentemente, a uma certa similaridade entre muitos objetos, com a emergência, em diversos lugares, de paisagens com o mesmo ar de família (SANTOS, 2006).

No campo e na cidade, vão se generalizando mostras visíveis disso que o autor chama de "vocação à mesmice", com a proliferação de lugares que, ainda que distantes uns dos outros, não apenas se parecem materialmente como também se assemelham, indissociavelmente, em relação à vida que os anima, trabalhando em um ritmo induzido similar (SANTOS, 2006).

Isso se aplica a culturas e regimes alimentares, vestuário e habitação, por exemplo, que se desvinculam dos materiais de construção e fabrico extraídos do entorno, entrecruzando e disponibilizando materiais oriundos de diferentes lugares, entre eles os sintéticos produzidos pelas tecnologias da indústria mundializada (MOREIRA, 2011). Mas para além dos hábitos de consumo, isso se estende ao mesmo tempo à totalidade do espaço, incluindo vias e meios de transportes e comunicações, estrutura produtiva, formas de intercâmbio, relações de trabalho, etc (SANTOS, 2006).

Nesse bojo, os eventos que se realizam sobre diferentes lugares passam a atender cada vez mais a fins estranhos a sua população. Muitas vezes, eles se tornam apenas respostas localizadas a necessidades alheias e a funções cuja geração é distante, no que Santos (2006) chamou de alienação local ou alienação regional.

De modo que, se por um lado, o espaço permanece diferenciado, heterogêneo, se transformando de modo desigual, por outro, essa heterogeneidade ou essa diferenciação espacial vai agora cada vez mais se definindo, em diferentes medidas, pelo modo como qualitativamente e quantitativamente vai se desenhando essa "vitória da civilização universal sobre a cultura localmente modelada" (SANTOS, 2006). Ainda que não homogeneíze o espaço, esse meio técnico-científico-informacional se generaliza, se torna total, planetário. Seus efeitos são

sociais, econômicos, políticos, culturais, morais, e, igualmente, espaciais, geográficos, agora generalizados e percebidos como tal em tempo real em cada recanto do mundo (SANTOS, 2006).

Seria dizer: se antes, as transformações modernas que estão na origem de uma cultura do patrimônio aconteciam pontualmente, mas com uma ruptura profunda com o passado local-regional, agora acontecem generalizadamente, em uma ruptura não só com o passado, mas sobretudo com a diferença, com a diversidade.

É nessa mudança que visualizamos o giro do patrimônio, relacionado, evidentemente, a uma virada das próprias motivações sociais que historicamente o haviam motivado. É isso que argumentamos a seguir.

4 - A transição a um novo meio técnico e a virada espacial do patrimônio

Em trabalho publicado ainda nos primeiros anos do século XXI, Moreira (2005) já apontava como horizonte de tendências a transição do meio técnico-científico-informacional a um outro meio técnico subsequente. Seria uma nova guinada global nas formas de fazer e, portanto, na própria relação entre sociedade e natureza.

Alcunhada pelo autor de "meio técnico-científico e biorreferenciado", essa nova formatação do espaço que, naquele então, estaria por vir, se caracterizaria exatamente por um retorno da organização geográfica das sociedades ao padrão multifacético e localmente ambientado dos antigos gêneros de vida, tão amplamente estudados pela geografia clássica até meados do século XX, mas agora com decisiva mediação da ciência e da tecnologia.

De uma civilização material centrada em um padrão de produção e consumo de objetos de origem mineral que encontrou seu ápice no meio técnico-científico-informacional, com todo o efeito supressor e massificador sobre as paisagens e o ambiente, o autor fala no trânsito a uma civilização material construída à base de um padrão de produção e consumo de objetos de origem vegetal e animal, tal como antes e ainda mesmo no tempo da primeira revolução industrial.

Nessa nova civilização material estaria, inclusive, o poder de reconstituir as paisagens destruídas ou estandartizadas pelo padrão técnico uniforme da segunda revolução industrial.

Seria a passagem dos espaços especializados e monointensivos aos espaços de estruturas localmente complexas, de que teses como a da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável já seriam sintomáticas (MOREIRA, 2011).

É a diferença reagindo ao paradigma da repetição mecânica, sintetizaria o próprio Moreira (2011). O contexto mundial de crises e alertas ambientais que dá eco ao tema da biodiversidade, por exemplo, tem o seu correspondente cultural que, frente à massificação das paisagens e modos de vida numa sociedade cada vez mais global, dá eco a um crescente apego cultural ao que é próprio e distintivo: A diversidade dos territórios e suas expressões humanas, junto com a diversidade dos biomas e suas expressões "naturais", são valorizados e a conservação e/ou recuperação de suas paisagens vai se tornando de interesse social e institucional.

De fato, conversam com essa clarividência de Moreira (2005) evidências que se fazem presentes tanto na teoria social como no próprio movimento do real. Silva-Pérez e Fernández-Salinas (2008), por exemplo, argumentam que as tendências globalizadoras geradoras de recursos genéricos e de caráter "deslocalizável" vem sendo confrontadas pela revitalização experimentada pelas identidades locais dos territórios, onde estão ancorados recursos patrimoniais específicos, de caráter singular e irrepetível. Muitas vezes emergindo de uma situação anterior de esquecimento e marginalidade, esses tipos de paisagens, lugares de trabalho e habitação, espaços de sociabilidades, de expressões orais e rituais singulares, passam agora, ainda que lentamente, a ser vistos como potenciais recursos identitários em que podem se apoiar, inclusive, determinados processos de desenvolvimento (SILVA-PÉREZ, 2008).

Haesbaert (2010), por sua vez, destaca que apesar da propalada globalização "homogeneizadora", o que se vê, concomitantemente, é uma permanente reconstrução da heterogeneidade e/ou da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença nos diversos recantos do planeta. O autor vê a proliferação do que chama de "geografias regionais populares", num interesse renovado pelas singularidades que marcam o espaço geográfico. Igualmente, Haesbaert (2010) cita ainda o discurso da mídia e a formação do senso comum também como elementos que tem alimentado uma revalorização do regional, assim como o turismo, um dos setores mais dinâmicos da economia contemporânea, que tem estimulado o olhar sobre a diversidade territorial, seja através da valorização ou mesmo da recriação da diferença.

Já Warnier (2001), desde a antropologia, já destacava, na virada do século, que nas sociedades industriais contemporâneas, a busca por raízes, pelo terrunho, pela autenticidade em relação a um lugar ou a um tempo imaginado é um fator de invenção da tradição. Para o autor, essa produção de autenticidade, expressa em movimentos de reativação e em atividades de revitalização, revela uma grande capacidade das culturas de resistir à erosão. Argumenta Warnier (2001) que, onde quer que andemos, existem clubes, templos, conventos, famílias, estabelecimentos rurais, entre outros, que produzem essa resistência sem cair em qualquer tipo de conservadorismo agressivo e fundamentalista, atuando como verdadeiros conservatórios culturais, no sentido mais notável e fundamental do termo.

Mesmo em uma lógica mais diretamente de mercado, mundialmente, muitos territórios comungam do fato de se acharem divididos entre essa tendência a uma globalização monopolista, que massifica sociedades e paisagens, e as experiências individualizadas, implantadas em cidades ou no campo, em uma tentativa de mobilizar recursos locais para fazer frente a essa massificação. Um mercado global de lugares se estabelece e, nele, se torna uma tônica a necessidade de ser único, diferenciado (ARMESTO-LÓPEZ; GÓMEZ-MARTÍN; CORS-IGLESIAS, 2020).

No contexto Europeu, data de meados da década de 1990 o início, por parte da União Europeia, da valorização e fortalecimento da identidade territorial como estratégia de desenvolvimento, com aplicação, sobretudo, nas regiões consideradas periféricas e economicamente deprimidas (MONTEBLANCO, et. al., 2025). Desde então, distintas regiões europeias têm buscado fórmulas de desenvolvimento endógeno em que a atividade econômica se reformule para basear-se mais no aproveitamento dos recursos locais, encontrando nas manifestações socioculturais um eixo em torno do qual se organiza parte importante das estratégias, sobretudo no meio rural (ARMESTO-LÓPEZ; GÓMEZ-MARTÍN, 2016). Atualmente, experiências nesse sentido não se limitam às regiões mais periféricas, mas também têm sido propostas em áreas rurais de regiões tradicionalmente considerados centrais, bem conectadas aos circuitos de consumo (MONTEBLANCO, et. al., 2025).

Ao mesmo tempo, um certo retorno às singularidades e ao específico ressurge nas próprias ciências sociais, em função de vários debates acadêmicos, ficando evidente em correntes como o pós-modernismo e o pós-estruturalismo (HAESBAERT, 2010) e, mais recentemente, nas vertentes decoloniais (HAESBAERT, 2021). Essa virada espacial da teoria social é uma

discussão já com considerável caminho trilhado, sendo que na geografia isso está presente desde obras de referência como as de Harvey ([1989] 2008) e Soja ([1989] 1993), por exemplo. Trata-se de um debate com significativa diversidade de concepções, mas que em geral, expressa uma transição das até então hegemônicas categorias temporais como a periodização, o progresso, o desenvolvimento e mesmo as utopias, para as categorias espaciais como ambiente, território, região, paisagem, lugar etc.

De tal maneira que, como sintetiza Massey (2013), se o tempo é a esfera da mudança, o espaço se apresenta como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea. O espacial se afirma, assim, como coexistência da heterogeneidade, uma multiplicidade dinâmica simultânea ou simplesmente um complexo de trajetórias múltiplas, como define a autora. Como dimensão da interação, o espaço se define na "coexistência contemporânea de outros" ou, dito de outro modo, na "simultaneidade de estórias-até-agora" (MASSEY, 2013, p. 29). Enfim, o espaço vai sendo reconhecido como um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais e sempre no processo de fazer-se, conforme argumenta a autora citada.

É frente a esse estado de coisas que, se em sua origem, a concepção ocidental moderna de patrimônio expressou uma reivindicação de natureza temporal-histórica, em um "resgate" do passado, hoje o pano de fundo, ou o motivante mesmo do patrimônio, incorpora nitidamente uma reivindicação de natureza espacial-geográfica, em um resgate ou (re)afirmação da diferença frente às massificações ou estandardizações associadas à globalização em distintos âmbitos.

Estaríamos, nesse sentido, frente a uma virada espacial do patrimônio. Não no sentido de deixar o histórico para ir ao geográfico, mas de deixar o puramente histórico para ir ao histórico-geográfico. Ou, como, diria Massey (2013), se trataria de espacializar a história da modernidade.

Um exame, ainda que ligeiro, da trajetória recente da categoria patrimônio, demonstra o quanto essa virada foi se tornando sintomática. Em uma via, esteve o paulatino alargamento da categoria do passado para o presente, incorporando, mais recentemente, os espaços vivos e dinâmicos. Em outra, esteve o progressivo deslocamento da ideia de patrimônio associada ao monumento isolado em direção aos arranjos territoriais cada vez mais extensos.

O resultado é que dos "grandes" monumentos de valor histórico e artístico eruditos de antes, o patrimônio foi sendo cada vez mais reconhecido institucionalmente a partir daquilo que local/regionalmente é sentido em uma miríade de elementos tais como diversas obras de arquitetura não erudita, manifestações culturais imateriais (saberes, fazeres, modos de vida), paisagens, sítios e a própria natureza, além do patrimônio local e de grupos específicos, não mais apenas o patrimônio nacional. Choay (2006) fala em uma tripla extensão dos bens patrimoniais: a tipológica (novas categorias de patrimônio), a cronológica (do passado para o presente) e a geográfica (da Europa para o mundo e da monumento isolado ao território), todas elas acompanhadas pelo crescimento exponencial de seu público.

Esse fenômeno, que autores como Hartog (2006) interpretam criticamente como um "alargamento", "inchaço" ou "inflação" do patrimônio, a ponto de chegar a uma situação de "banalização" ou de "tudo é patrimônio", ganharia uma outra interpretação: a da afirmação de cada vez mais rincões da superfície terrestre em sua singularidade, no que lhe é próprio e distintivo, no que lhe é irrepetível, não apenas em relação à sua materialidade e ao que já foi, mas de sua (i)materialidade e ao que é.

De modo que, o patrimônio acaba não se referindo mais somente a uma questão de "lembrar" no tempo, mas também a uma questão de diferenciar no espaço. Não se trataria mais apenas de questão de memória, mas também de questão de comunicação, de dizer para os outros "como as coisas são aqui, diferente de como são lá". Enfim, do patrimônio como testemunho, estaríamos caminhando na direção do patrimônio como marcador fisicogeográfico e sociogeográfico da diferença, o que inclui os testemunhos, mas não se resume a eles.

5 - Implicações (Todo patrimônio é territorial?)

O giro, pode-se dizer, é ontológico. É o patrimônio como manifestação da própria diferenciação espacial, no sentido trazido por Corrêa (2022, p. 3), produto de "um longo e complexo processo que combinadamente reúne a ação da natureza e a ação humana, produzindo diferentes formas espaciais, a paisagem, os diversos usos da terra, os fluxos e, em breve, a organização do espaço", constituindo arranjos com distintas espacialidades e temporalidades.

De tal modo, que no pano de fundo da valorização, seja de um bem material ou de uma tradição simbólica, estaria a afirmação da singularidade das relações que articulam formas e conteúdos, natureza e cultura, passado e presente, em cada confim, marcando a diferença.

A multiplicação contemporânea das categorias de patrimônio é, sem dúvida, sintomática desse giro. Porém, esse processo de expansão foi se delineando, paradoxalmente, à moda moderna: por meio da criação sucessiva de compartimentos conceituais, com marcada identidade disciplinar, de certo modo apartando dimensões que, na prática, são indissociáveis.

As múltiplas categorias disciplinares, como biopatrimônio, geopatrimônio, patrimônio cultural material e imaterial, patrimônio industrial, agrário, entre outros, refletem, por um lado, essa valorização da diferenciação espacial. Por outro, evidenciam os limites do olhar sobre cada forma de patrimônio em seu próprio campo de referência, no sentido de eventualmente se estar perdendo de vista a tessitura relacional que as conecta e que, em última instância, dá sentido ao conjunto, no bojo dessa emergente motivação da cultura do patrimônio que é a afirmação da diferença.

É nesse ponto que revisitar a ontologia do espaço proposta por Milton Santos (2006) mostra-se um exercício particularmente interessante. Ao compreender o espaço geográfico como "conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações", Santos oferece elementos para pensar uma fronteira mais fluida entre as categorias patrimoniais ao reconhecer que a materialidade dos objetos e a imaterialidade das ações são faces de um mesmo processo socioespacial, cujo arranjo que forma em cada rincão é exatamente o que está sendo afirmado.

Daí a dúvida se a virada espacial, assim compreendida, demandaria novas categorias de patrimônio para o reconhecimento da dimensão espacial entre as que já existem, no que seria um "patrimônio espacial", "patrimônio geográfico" ou mesmo um "patrimônio territorial", por exemplo, ou se, ao contrário, demandaria uma leitura relacional do patrimônio que o reinscreva na dinâmica do espaço como forma-conteúdo.

Foi Ortega-Valcárcel (1998), aqui já citado, um dos precursores do conceito de patrimônio territorial como categoria específica, dedicada à dimensão espacial. O conceito, aliás, tem despertado interesse crescente. Na Amárica Latina, particularmente no Brasil, Nascimento et. al. (2025), por exemplo, trazem uma coletânea expressiva do interesse e relevância tomada pelo conceito, incluindo variações segundo diferentes correntes teóricas como o conceito de

patrimônio-territorial (com hífen) em perspectiva descolonial. São aportes que representam grande contribuição no avanço das discussões no campo.

A inquietação é se, no âmbito dessa transição de suas motivações sociais, o patrimônio ainda possuiria uma dimensão territorial entre outras ou se ele seria, em si mesmo, uma manifestação territorial. Não seria sua própria existência geográfica, na medida em que depende das relações espaciais que articulam sujeitos, práticas e paisagens numa trama que o constitui e o anima na afirmação da diferença como diferenciação espacial?

Esse entendimento teria, evidentemente, implicações teórico-metodológicas. É importante, nesse sentido, a ponderação de Haesbaert (2008), de que a complexidade e o hibridismo dos fenômenos contemporâneos colocam a pesquisa frente à necessidade de abordagens não fragmentadoras e dicotomizantes entre diferentes dimensões. Para o autor, sem diluir a especificidade ou a relevância do cultural ou do econômico ou do ambiental, por exemplo, é preciso entendê-los dentro de concepções mais híbridas, preocupando-se mais em discutir os vínculos do que em identificar limites ou fronteiras com outras dimensões que compõem o espaço geográfico.

Nessa linha, está em nossa agenda de pesquisa a construção de uma abordagem integrativa do patrimônio pautada na importância da complementariedade entre o aprofundamento linear e o aprofundamento relacional. Se o primeiro, característico das tradições disciplinares, é necessário à compreensão das especificidades internas de cada categoria patrimonial, o segundo, o aprofundamento relacional, volta-se às intersecções, sobreposições e continuidades entre os diferentes patrimônios, reconhecendo que é precisamente na sua indissociabilidade que se configuram as paisagens e territórios diferenciados.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou ponderar que a ampliação do sentido contemporâneo de patrimônio expressa um giro no campo. A massificação técnico-científico-informacional de paisagens, as estandardizações globais de modos de vida e a crescente percepção da perda de singularidades territoriais introduziram um novo horizonte de inquietação social.

Nesse cenário, visualizamos que a categoria patrimônio passa a operar também, e de modo bastante evidente, como afirmação do lugar, da multiplicidade e da heterogeneidade. Trata-se, portanto, de uma virada epistemológica e ontológica: do tradicional patrimônio como testemunho, passa-se, igualmente, ao patrimônio como expressão da diferenciação espacial contemporânea.

Esse entendimento tem implicações sobre as formas de classificação, interpretação e gestão do patrimônio. Nessa linha, desde a geografia, estamos trabalhando na construção de uma abordagem integrativa, buscando caminhos para lidar com fragmentações disciplinares, com o intuito de contribuir em termos de possibilidades analíticas, políticas e sociais para sua preservação e valorização.

Referências

ARMESTO-LÓPEZ, Xosé Antón.; GÓMEZ-MARTÍN, María Belén.; CORS-IGLESIAS, Martí. Productos de proximidad y restauración local: ¿un binomio en expansión? Algunas consideraciones sobre el caso del Pirineo occidental catalán. *Polígonos: Revista de Geografía*, n. 32, p. 67-81, 2020. Disponível em: https://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/174827. Acesso em: 02 dez. 2025.

ARMESTO-LÓPEZ, Xosé Antón.; GÓMEZ-MARTÍN, María Belén. Restauración local y productos alimentarios. La situación en la comarca del Moianès (Cataluña). *Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, n. 21, 2016, p. 43 – 72.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Notas sobre diferenciação espacial. *Geousp, Espaço e Economia*, v. 26, n. 1, e-193069, abr. 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/193069. Acesso em: 02 dez. 2025.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Diversidade geo-bio-sociocultural: a biogeografia em busca dos seus conceitos. *Geonorte*, edição especial, v. 4, n. 4, p. 57-77, 2012. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/3-BIOGEOGRAFIA%20EM%20BUSCA%20DOS%20SEUS%20CONCEITOS.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

HAESBAERT, R. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográficocultural integradora. In: SERPA, A. (Org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 393-419.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF, 2021. Disponível em: Biblioteca CLACSO. Acesso em: 02 dez. 2025.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/qhLrpqw77Bgwq8Gv3wbRX4x/?lang=pt. Acesso em: 02 dez. 2025.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução: Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; ARMESTO LÓPEZ, Xosé Antón; MOLLEVÍ BORTOLÓ, Gemma; GÓMEZ MARTÍN, María Belén; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Sobre os eventos, os territórios e suas "(des)harmonizações": um ensaio a partir do contexto do Pampa brasileiro. *GeoPuc*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 17, p. e00178, 2025. DOI: 10.64238/geopuc.2025.178. Disponível em: https://geopuc.emnuvens.com.br/revista/article/view/178. Acesso em: 3 dez. 2025.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, Ruy. Sociabilidade e espaço: as formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências. *Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 93-108, 2005. Disponível em: https://revistas.usp.br/agraria/article/view/82/81. Acesso em: 02 dez. 2025.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do; QUADROS, Diomar Augusto de; DENARDIN, Valdir Frigo; MOREIRA, Camila Arielle Bufato (Orgs.). *Abordagens sobre patrimônio territorial na América Latina*. Santo Ângelo: Ilustração, 2025. ISBN 978-65-6135-125-6. DOI: https://doi.org/10.46550/978-65-6135-125-6. Disponível em: https://editorailustracao.com.br/livro/abordagens-sobre-patrimonio-territorial-na-america-latina. Acesso em: 02 dez. 2025.

ORTEGA-VALCÁRCEL, J. El patrimonio territorial como recurso cultural y económico. *Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid*, Valladolid, n. 4, p. 33-48, 1998. DOI: https://doi.org/10.24197/ciudades.04.1998.31-48. Texto disponível em: https://revistas.uva.es/index.php/ciudades/article/view/1761. Acesso em: 02 dez. 2025.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SILVA-PÉREZ, Rocío. Hacia una valoración patrimonial de la agricultura. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 275 (ou n. 12 conforme esquema da revista), out. 2008. Texto integral disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-275.htm. Acesso em: 02 dez. 2025.

SILVA-PÉREZ, R.; FERNÁNDEZ-SALINAS, V. El patrimonio y el territorio como activos para el desarrollo desde la perspectiva del ocio y del turismo. *Investigaciones Geográficas*, n. 46, p. 69-88, 2008. DOI: https://doi.org/10.14198/INGEO2008.46.04. Disponível em: https://www.investigacionesgeograficas.com/article/view/2008-n46-el-patrimonio-y-el-territorio-como-activos-para-el-desa. Acesso em: 02 dez. 2025.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Tradução: Sônia T. Vasconcelos. Bauru: EDUSC, 2001.